

GRATER – Associação de Desenvolvimento Regional

OLHAR O MUNDO RURAL

Nº.20 agosto/18



OLIVEIRA DAS NEVES
**Complementaridade
entre investimentos
e políticas públicas**

PÁGINA 5



PORTO MARTINS
**Espaço de
beleza de
portas abertas**

PÁGINA 4

PÁGINA 3

ASSOCIAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES GRACIOSENSES

AGRICULTURA ESTÁ MAIS MODERNA NA GRACIOSA



PRORURAL+



PORTUGAL 2020





ANSELMO PIRES
VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO DA GRATER

editorial

Caminhar no bom sentido

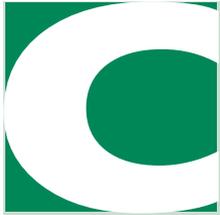
O que podemos esperar deste mundo cada vez mais incerto e perturbador, quando tudo é tão global e o cerco cada vez nos aperta mais? Quando somos con-

frontados com o facto de já termos esgotado os recursos da Terra, quando tiramos mais dela do que aquilo ela nos consegue dar, como alimentar toda esta população e aquela que se especula que possa vir a aumentar?

Uma oportunidade ou uma sobrecarga, quando o desperdício alimentar é outro problema que assola o mundo desenvolvido.

Enfim, são demasiadas as situações a precisar de explicação. Que linhas orientadoras devemos seguir, se é que alguém nos orienta?

Numa região fértil como a nossa, esse não deveria ser um problema, mas quando se paga tão mal ao sector primário toda a engrenagem da economia semi-paralisa. Como tudo seria melhor se todos caminhassem no bom sentido.



Curiosidades... ...do mundo rural

Verão sem milho

Os agricultores chamam-lhe “verão atípico” – com chuva de menos, há produções que custam a brotar. O milho, por exemplo, ressentido de uma seca que, embora intensa, não espanta os especialistas. O padrão registado nos últimos anos aponta para um cenário de alterações climáticas que pode obrigar a mudanças no manejo da terra.

É que a seca nos Açores – que resulta da perda de precipitação, sobretudo, nas zonas mais baixas das ilhas, abaixo dos 400 metros de altitude – é mais agrónómica do que hidrológica. “A agricultura depende mais da regularidade da precipitação, mas em termos hidrológicos a precipitação ainda é suficiente em altitude”, disse, já, Eduardo Brito de Azevedo, professor da academia açoriana.

É por isso que os produtores do arquipélago vão ter de aprender a viver com menos água. Segundo o também coordenador do grupo de investigação do Clima, Ambiente e Paisagem, do Instituto de Investigação e Tecnologias Agrárias e Ambiente, houve outras regiões do planeta que tiveram de adaptar-se a situações semelhantes. Na Região, isso pode implicar investir em culturas adaptadas ou, no caso da lavoura, retroceder na dimensão das explorações, conforme sustentou Alfredo Borba, especialista em nutrição animal na Universidade dos Açores. “O milho vai ter de ser semeado mais cedo para apanhar chuvas e vai ter de haver um redimensionamento das explorações.

As previsões são que nas zonas altas não vai haver uma diminuição tão drástica, portanto, vamos continuar a ter pastagens nas zonas altas e vamos ter de repensar a forma de manejo. É essencialmente uma questão de manejo”, disse.

Mas as alterações não vão ficar-se pela lavoura. “Todas as produções são afetadas pelas alterações climáticas. Os estudos feitos vão desde a vinha até à pastagem, passando pelas frutas. Há uma alteração global da produção agropecuária e não só. Se não houver regadio, as outras culturas também não conseguem ultrapassar

esta situação e para haver rega é preciso haver água. No fundo, o que está em questão é a disponibilidade de água. Como chove nas zonas altas, em princípio esta disponibilidade não vai ser muito alterada. No entanto, é uma preocupação. Talvez seja altura de começarmos a pensar, porque já há estudos em várias áreas das alterações climáticas aqui na universidade. Este especificamente não está feito”, alertou.

A falta de milho nos campos, este verão, é um sinal. O cenário pode manter-se nos próximos anos.



Associação de Jovens Agricultores Graciosenses

O caminho da qualidade

A Associação de Jovens Agricultores Graciosenses presta apoio aos produtores mais jovens da ilha. O setor está a modernizar-se e o organismo promete manter-se ao lado dos lavradores para potenciar a capacidade de crescimento das suas explorações.



Cerca de 100 produtores integram a Associação de Jovens Agricultores Graciosenses. Numa Região que se orgulha de um setor rejuvenescido, o mais rejuvenescido do país, faz sentido que os seus protagonistas se organizem. Afinal, as dúvidas e as dificuldades são as mesmas. A capacidade para crescer também.

A Associação de Jovens Agricultores Graciosenses, que dá resposta aos anseios dos lavradores mais novos da ilha, nasceu, precisamente, para impulsionar o desenvolvimento de quem vai chegando por último ao setor. O organismo oferece ajuda, acompanha, defende os interesses dos produtores, pugna pela modernização das explorações, por forma a garantir a vitalidade de uma das áreas mais vitais da economia da ilha.

Os jovens agricultores que acorrem ao organismo buscam sobretudo apoio nas questões que envolvem a inseminação artificial dos bovinos. A prática, que garante o melhoramento genético dos animais, é uma das condições fundamentais para o estabelecimento de explorações de qualidade. No mês passado, aliás, num encontro com as duas associações agrícolas da ilha, João Ponte, secretário regional da Agricultura e Florestas, anunciou um apoio de cerca de 10 mil euros, direcionado aos produtores da Graciosa, precisamente para acelerar o processo da melhoria genética.

“Este é um contributo direto que o Governo dos Açores dá para o melhoramento genético do efetivo bovino das explorações leiteiras da Graciosa, contribuindo para melhorar o rendimento das explorações e correspondendo à manifestação de interesse por parte dos agricultores, que as associações representativas têm transmitido ao Executivo”, salientou, na altura, o responsável pela tutela, que adiantou que a medida vai abran-



ger cerca de duas centenas de animais, fêmeas de 15 a 18 meses de idade, com pelo menos 350 quilos, para garantir uma maior taxa de sucesso.

A verdade, garante George Ortins Lobão, presidente da Associação de Jovens Agricultores Graciosenses, é que os lavradores da ilha têm já capacidade para assegurar um aumento da produção, mas não podem. “Nós poderíamos chegar facilmente aos nove milhões de litros de leite na Graciosa, mas não podemos por causa das quotas. Isso limita-nos”, avançou o responsável.

Essa não é a única dificuldade com que os produtores se têm esbarrado. Este ano há uma preocupação extra, causada pela seca. A Graciosa, aliás, é das ilhas mais afetadas – e pode continuar a sê-lo no futuro, dadas as características geológicas que dificultam a retenção da água nos solos da ilha.

“Nós já estamos a gastar o material que tínhamos em stock para o inverno e nessa altura é que nos vai faltar”, sublinhou. O Executivo Regional já anunciou a atribuição de apoios às associações agrícolas para a aquisição de 20 toneladas

de alimento para o gado, ajuda que George Ortins Lobão entende ser da maior importância.

A Associação de Jovens Agricultores Graciosenses foca-se, agora, na resolução desses problemas, na medida do que lhe é possível, sempre de olhos postos no futuro. Há um projeto em mãos, neste momento: a construção de um armazém para guardar maquinaria – encilhadoras de milho, por exemplo. As perspetivas para o setor são animadoras. Números oficiais revelam que estão em curso, na ilha, investimentos de cerca de sete milhões de euros no setor agrícola, que visam tornar as explorações mais competitivas, contribuir para aumentar o rendimento dos agricultores, afirmar e desenvolver a agricultura na Graciosa. Os investimentos abrangem a modernização das infraestruturas públicas, nomeadamente o melhoramento de caminhos agrícolas e o abastecimento de água, o reforço da rede regional de abate e da capacidade produtiva.

Entretanto, a Associação de Jovens Graciosenses promete manter-se atenta aos anseios dos mais novos produtores da ilha. O futuro do setor depende deles.



Barraquinhas em Angra do Heroísmo

Um espaço para o artesanato e para a gastronomia

Nas festas e nas feiras promovidas pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo há espaços dignos onde os artesãos, as associações e outras entidades podem expor os seus trabalhos. O investimento foi concretizado há mais de um ano com o objetivo de, precisamente, criar condições para a instalação e apoio às atividades económicas e de dinamizar serviços de animação cultural e recreativa de base local.

O projeto da autarquia, que contou com o apoio da GRATER, materializou-se na construção de quatro barraquinhas em madeira, oito mesas com bancos e oito mesas sem bancos que são presença habitual, nomeadamente, na Praça Velha. As barraquinhas são compostas por oito painéis articulados – que facilitam a sua montagem/desmontagem, transporte e armazenamento – e painéis, dois laterais, dois frontais, dois traseiros e dois de cobertura,



construídos em madeira de criptoméria.

Não há evento no centro da cidade onde não haja espaços de artesanato ou de gastronomia a fazer uso destas infraestruturas. Foi o caso, por exemplo, da feira de artesanato que aconteceu há cerca de duas semanas no Pátio d'Alfândega, da feira das associações da ilha Terceira, nas Sanjoaninas, que decorreu no Largo Prior do Crato, ou das comemorações do Dia do Emigrante, em frente à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

De acordo com a GRATER, o pedido de apoio enquadrou-se nos objetivos da intervenção 7.2 da submedida 19.2 do PRORURAL+: aumentar o acesso das populações aos serviços, criar condições para a instalação e apoio a atividades económicas, proporcionar melhores condições de utilização dos equipamentos existentes e criar novos serviços. Neste sentido, aliás, o investimento teve um custo elegível de 13.421,01€, apoiado em 80%, num total de 10.736,80€.

Espaço de beleza e bem-estar

Cuidar do corpo no Porto Martins

O lugar idealizado por Tânia Morais já está de portas abertas. No Espaço de Beleza e Bem-Estar do Porto Martins, inaugurado no passado dia 20 de julho, pretende-se oferecer uma resposta diferenciada, de requinte, nos cuidados com o corpo.

Embora com dias apenas de funcionamento, Tânia Morais não tem mãos a medir. Faz de tudo um pouco: trabalho de cabeleireira, pedicure, manicure, tratamentos. Em breve, vai atualizar as suas formações em massagens para poder oferecer mais esse serviço. Por enquanto, assume todas as tarefas, mas espera, dentro de pouco tempo, poder criar, pelo menos, mais um posto de trabalho no espaço que sonhou e que conseguiu erguer.

Luís Filipe Morais, marido da cabeleireira e esteticista, ajudou na construção do sonho. É ele quem faz o balanço positivo destes primeiros dias de funcionamento do gabinete, que recebe não só os clientes habituais – homens e mulheres, porque o Espaço de Beleza e Bem-Estar é unissexo –, mas que está agora, também, a alargar a sua carteira de clientela. Vêm não só do Porto Martins, mas também das freguesias em redor. “O espaço tem uma página no Facebook, estamos a apostar na divulgação e há cada vez mais novos clientes a procurar os serviços”, sublinha.

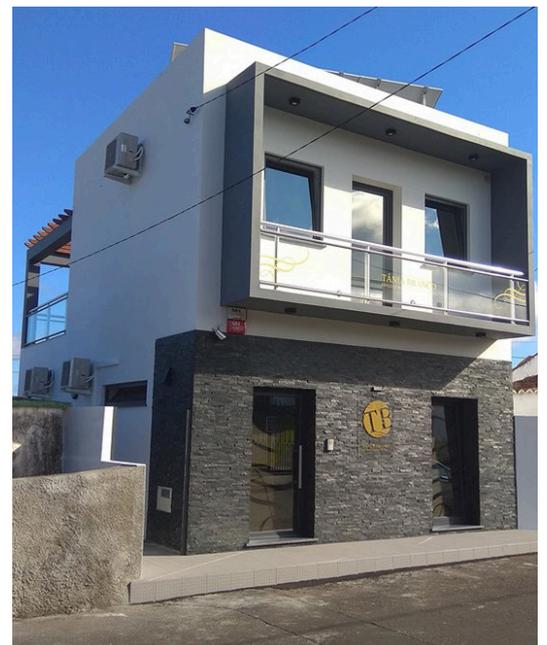
Os clientes buscam não só o profissionalismo,



mas também a comodidade de poder submeter-se a todos os cuidados num só dia, de uma só vez, no lugar da Canada da Serra, número 26.

O espaço foi pensado ao pormenor por Tânia Morais, que chamou a si a tarefa de erguer quase um “consultório” de beleza. Para isso recorreu aos apoios do PRORURAL +, num investimento de cerca de 123 mil euros, elegível em 99 mil. Com o apoio conseguiu pôr de pé um lugar que contempla uma zona de lavagem, corte e trabalhos técnicos, uma zona de manicure, pedicure e maquilhagem e um gabinete de estética. Adquiriu, ainda, uma viatura para dar resposta aos serviços ao domicílio.

O Espaço de Beleza e Bem-Estar de Tânia Morais pretende, portanto, acolher todos aqueles que procuram cuidados estéticos. E se, por algum motivo, não puder acolher ou se os clientes assim o preferirem, vai o espaço ao encontro da clientela.



António Oliveira das Neves, economista

Desenvolvimento rural nos Açores exige complementaridade

António Oliveira das Neves, economista e responsável pela avaliação de diversos programas de desenvolvimento rural entre 1997 e 2014, diz que há, ainda, muitos desafios a ultrapassar no que diz respeito às políticas de desenvolvimento rural.

A abordagem LEADER, que remonta já aos anos 90 do século passado, nasceu com o objetivo de canalizar recursos para o desenvolvimento das zonas rurais da União Europeia. Que balanço faz desta estratégia na concretização dessa meta?

O balanço é globalmente positivo, sobretudo, se tivermos presente que a Abordagem LEADER procurava responder às fragilidades da intervenção pública e do funcionamento do mercado reconhecida a dificuldade dos territórios rurais em acompanhar pela positiva os movimentos de integração económica, de globalização dos mercados e de ajustamento liberal das funções do Estado. Acresce a natureza vocacionalmente experimental da Abordagem LEADER: (re)estruturar o capital social local e conceber e disseminar iniciativas inovadoras. Num ciclo longo de 20/25 anos, o que emerge como campo de resultados está presente desde as primeiras avaliações (cf. por todas, Avaliação Intercalar do PIC Leader II, 1999): estímulo ao Desenvolvimento Rural com efeitos na alteração de atitudes face à iniciativa empresarial, na reabilitação de profissões e na valorização de identidades locais; demonstratividade das experiências locais, com níveis de cooperação institucional e de intercâmbio e venda de produtos provenientes de diversos Grupos de Ação Local; modelo de governança com insuficiente explicitação de prioridades de nível regional com reflexos sobre a racionalidade das opções de investimento; incapacidade de estruturar redes e operadores para a comercialização de produtos e serviços locais.

Diria, ao mesmo tempo, que a abordagem tem sido benéfica para Portugal, nomeadamente para regiões como os Açores?

Os exercícios de avaliação ao longo

do tempo destacaram contributos positivos da Abordagem LEADER, resultantes da prioridade de mobilização de potenciais endógenos das zonas rurais através de apoios a micro-iniciativas de diversificação e qualificação do tecido empresarial, da valorização dos produtos locais, da conservação e valorização de património rural e da melhoria do acesso a serviços de proximidade. No caso dos Açores, a abrangência limitada dos projetos de investimento apoiados, a par de uma escassa integração e complementaridade com outras intervenções das políticas públicas regionais, reduziram o alcance dos resultados e efeitos da Abordagem LEADER, na diversificação das atividades não agrícolas nas explorações e na dinamização de atividades turísticas e de lazer no espaço rural. O desenvolvimento destas áreas, que ancoravam as perspetivas da experimentação LEADER no início dos anos noventa, poderiam ter beneficiado mais positivamente do estímulo de mercado resultante dos fluxos de visitação/procura turística mais recentes que têm demandado nos Açores.

Qual é a importância dos Grupos de Ação Local na implementação desta estratégia?

Os Grupos de Ação Local constituíram uma peça-chave da filosofia LEADER na concretização prática de soluções de governança territorial, cuja lógica de empowerment “agitou” os territórios com intervenções esclarecidas e empenhadas, estruturando capacidades institucionais e competências de gestão de recursos orientados para a animação económica do desenvolvimento. Embora a heterogeneidade dos territórios e dos níveis de consolidação expressem situações-tipo muito distintas, os Grupos de Ação Local foram sendo sujeitos a uma enorme erosão institucional e téc-



nica que limitou a sua capacidade de intermediação nos processos de desenvolvimento e desperdiçou um capital de experiência acumulada em aprendizagens que ligaram organizações e pessoas nos territórios, na construção de soluções ajustadas a interesses e necessidades comuns.

Ora, esse capital afigura-se cada vez mais indispensável à concretização de resultados das políticas públicas nos territórios, o que justifica que as organizações públicas, associativas e privadas lancem um olhar de refundação de parcerias territoriais (com envolvimento de novos parceiros), de robustecimento de competências técnicas das Associação de Desenvolvimento Local/Grupos de Ação Local para um novo ciclo de empowerment do desenvolvimento dos territórios rurais, em torno de novos desafios e prioridades.

Na sua opinião, há ajustes a fazer na forma como são encaradas as políticas de desenvolvimento rural ao nível comunitário?

O atual período de programação dos Fundos Estruturais partiu de um enquadramento promissor, plasmado no Acordo de Parceria Portugal 2020 e assente na valorização de complementaridades e sinergias entre instrumentos de política, fertilizada pela programação plurifundos.

Esta abordagem teve consagração mitigada na programação e a implementação dos diversos instrumentos de política não garantiu condições regulamentares e outras para a mobilização conjugada de diversos fundos que deveria contribuir para robustecer as intervenções de política de desenvolvimento rural.

Em nosso entender, os ajustes nas políticas devem ser aqueles que assegurem a concretização efetiva de princípios-chave da valorização social e económica dos territórios e esta orientação deve estar umbilicalmente associada à identificação dos objetivos territoriais, conforme

constam do documento “Portugal e o futuro da Política de Coesão, no Eixo VII Competitividade e coesão dos territórios da baixa densidade. Assim, e recuperando reflexões anteriores, trata-se de: desenvolver abordagens de carácter integrado, concebendo projetos competitivos e sustentáveis, em articulação com outros instrumentos de desenvolvimento territorial; valorizar intervenções de carácter temático, criando mais-valias sobre o território e potenciando o perfil de recursos existentes; e promover a inovação social como instrumento-chave do desenvolvimento sustentável e da adequação permanente de respostas às novas necessidades, no quadro de uma nova responsabilização das pessoas e das organizações na vida económica e social.

Quais serão, no seu entender, os desafios a ultrapassar nos próximos tempos no que diz respeito às políticas regionais e de desenvolvimento rural?

Os desafios são imensos e o desaproveitamento sucessivo de oportunidades abertas pela programação e de aprendizagens existentes nos territórios, não nos ajuda. Mas importa insistir, reorganizar parcerias, recursos e competências e ser seletivo nas escolhas! Entre os desafios, sinalizemos os três seguintes, a pensar nos Açores: complementaridade de investimentos de desenvolvimento rural, no plano regional – para alcançar resultados com sustentabilidade, importa articular melhor objetivos e projetos de Fundos diferentes (exemplo, não é possível aumentar a diversificação do setor da carne ou melhorar a valorização deste produto sem um programa concertado de infraestruturas e equipamentos – portuários, transportes, abate, desmancha, comercialização,...); valorização dos agrossistemas combinando diferentes expressões da agricultura competitiva e da agricultura de conservação da paisagem natural – cada vez mais a base produtiva agro-rural açoriana deve valorizar os recursos naturais e de sítio estabelecendo novas relações com a recreação e o lazer e as produções bio respondendo a novas procuras supra-regionais; enriquecimento das cadeias de valor do território combinando a revalorização dos sistemas produtivos com a incorporação de conhecimento e a integração em redes nacionais e internacionais que remunerem variáveis como a qualidade e segurança alimentar, o sequestro de carbono e os créditos verdes.

Museu de Angra do Heroísmo acolheu exposição “Craft & Art”

Onze artesãos das ilhas Terceira e Graciosa expuseram os seus trabalhos, em junho, no Museu de Angra do Heroísmo. Maria do Carmo Soares, Aida Barbosa, Manuela Medeiros, Mariza Quadros, Maria Ataíde, Carla Lobão, Cristina Santos, Arménio Duarte, Paula Sousa, Eduarda Vieira e Sónia Bárbara participaram na exposição “Craft & Art” com obras em materiais como escama de peixe, rede, palhinha, couro, madeira, algodão, metal, entre outros.

As peças foram desenvolvidas, precisamente, no âmbito do projeto de cooperação “Craft & Art”,

que integra, ainda, parceiros da Madeira, das Canárias e de Cabo Verde e que tem o objetivo central de revitalizar o artesanato local de cada uma das regiões. O projeto, recorde-se, está a ser liderado pela GRATER - Associação de Desenvolvimento Regional, que tem vindo a promover encontros e ateliês entre artesãos e designers reconhecidos em áreas que vão da tecelagem, aos acessórios de moda, embalagem e vitrinismo. O resultado dessas ações esteve em exposição de 14 de junho a um de julho no auditório do Museu de Angra do Heroísmo.



GRATER na Feira Açores

Entre os dias 15 e 17 de junho a GRATER - Associação de Desenvolvimento Regional participou, com a distribuição de merchandising, na Feira Açores 2018, que decorreu no Parque de Exposições da Ilha Terceira.

A Feira Acontece, que acontece

alternadamente na Terceira, no Faial e em São Miguel, pretende assumir-se como uma montra dos progressos do setor agrícola, conforme sublinhou João Ponte, secretário regional da Agricultura e Florestas.

“Esta Feira Agrícola dos Açores es-

timula a excelência e a dedicação dos agricultores, dos produtores, da indústria, pois premeia e dá a conhecer bons produtos e abre o setor a toda a comunidade. Ao longo de três dias vai ser dado a conhecer o desenvolvimento e progresso da agricultura que se

fez nas nossas ilhas”, afirmava, na apresentação do evento.

O evento aconteceu numa área total coberta de cerca de 10 mil metros quadrados e integrou os habituais concursos de bovinos, bem como uma exposição agrocomercial.

Futuro da abordagem LEADER em debate na Bulgária

A estância balnear de Albena, na Bulgária, foi palco, entre quatro e sete de junho, da quinta Conferência Internacional LEADER/DLBC naquele país dos Balcãs, que assumiu, no início deste ano, a presidência rotativa do Conselho da União Europeia. A organização deste evento que acolheu cerca de 300 participantes foi partilhada pela ELARD, o Ministério de Agricultura, Alimentação e Florestas da Bulgária e a Rede LEADER Nacional da Bulgária.

Frente a uma audiência composta por representantes de instituições e organismos europeus, de programas de desenvolvimento rural e operacionais, de autarquias, de autoridades de gestão, de agências de pagamento e de Grupos de Ação Local de 22 países, Maria João Botelho, na qualidade de Presidente da ELARD, comunicou, na abertura da conferência, a preocupação da Associação Europeia LEADER para o Desenvolvimento Rural (ELARD) no que respeita às mais recentes notícias sobre a po-

lítica de coesão e regional, assim como sobre as propostas para a nova PAC.

As apresentações focaram diferentes aspetos e perspetivas da abordagem LEADER/DLBC. Os participantes partilharam boas práticas e conselhos de implementação desta abordagem com vista ao próximo período de programação, tendo discutido, ainda, ideias de cooperação transnacional entre Grupos de Ação Local, inclusive com países de fora da União Europeia.



GRATER promove ateliês de bijuteria com corda e empalhamento

A GRATER - Associação de Desenvolvimento Regional promoveu, no mês de junho, no Museu de Angra do Heroísmo, dois ateliês destinados aos interessados em artesanato. O primeiro, que decorreu no dia 16 de junho, foi ministrado por Aida Barbosa e contou com cerca de onze participantes que aprenderam técnicas para fazer peças de bijuteria – como colares e pulseiras – a partir de corda. Já o segundo ateliê, sob a responsabilidade da artesã Manuela Medeiros, que decorreu a 30 de junho, foi sobre empalhamento, tendo os formandos aprendido técnicas decorativas com palhinha.



Associação de desenvolvimento regional participa em formação sobre mitigação da taxa de erro no LEADER

Decorreu em Lamego, no mês de junho, uma ação de formação, promovida pelo IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, no contexto do controlo administrativo dos pedidos de pagamento das medidas de

investimento do FEADER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Rural) e do FEAMP (Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e Pescas). A formação, na qual a GRATER marcou presença, centrou-se na mitigação da taxa de erro das me-

das LEADER.

Em cima da mesa estiveram questões como o quadro sancionatório e os valores a pagar, casos práticos de interligação entre pedidos de apoio aprovados e respetivos pedidos de pa-

gamento e aspetos centrais na alteração ao Código de Contratação Pública a relevar em sede de lançamento dos procedimentos e consequente impacto na recolha/submissão dos pedidos de pagamento.

Federação Minha Terra reúne-se em assembleia-geral

Decorreu em Lamego, no mês de junho, uma ação de formação, promovida pelo IFAP – Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, no contexto do controlo administrativo dos pedidos de pagamento das medidas de investimento do FEADER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Rural) e do FEAMP (Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e Pescas). A formação, na qual a GRATER marcou presença, centrou-se na mitigação da taxa de erro das medidas LEADER.

Em cima da mesa estiveram questões como o quadro sancionatório e os valores a pagar, casos práticos de interligação entre pedidos de apoio aprovados e respetivos pedidos de pagamento e aspetos centrais na alteração ao Código de Contratação Pública a relevar em sede de lançamento dos procedimentos e consequente impacto na recolha/submissão dos pedidos de pagamento.



Gestão de fundos comunitários “irrepreensível” nos Açores

Os fundos comunitários têm sido geridos de forma “absolutamente irrepreensível” nos Açores. A opinião é do secretário regional da Agricultura e Florestas, João Ponte, que considerou, na abertura do quarto Comité de Acompanhamento do PRORURAL+, que as verbas em causa têm contribuído para o desenvolvimento do setor agrícola, florestal e das zonas rurais do arquipélago.

“Tanto assim é que, até três de abril, já temos uma taxa de compromisso de 75% e uma taxa de execução de 43,5%. Valores que dizem muito da forma como temos atuado e trabalho, em parceria com todas as organizações do setor”, afirmou.

O governante, que falava na Madalena do Pico, em junho, revelou que, desde o início do PRORURAL+, foram rececionadas 12.900 candidaturas nas diferentes medidas e submedidas, o que corresponde a uma despesa pública de 297 milhões de euros. De acordo com o responsável pela pasta da Agricultura, “estão aprovados 12.095 projetos, com uma execução de 131 milhões de euros”.

João Ponte anunciou, na altura, que, até ao final de setembro, o Governo Regional pretende concluir



mais dois avisos e aprovar projetos referentes a investimentos nas explorações agrícolas e no apoio à transformação, com uma dotação de 11,8 milhões de euros.

“Estes indicadores são sinais evidentes da confiança dos diferentes intervenientes do setor agrícola e florestal e do desenvolvimento rural, que, por via do investimento realizado nas mais diversas áreas, têm impulsionado o desenvolvimento e o crescimento económico nos Açores”, disse o governante, que disse ainda esperar que, em breve, a Comissão Europeia se pronuncie

favoravelmente sobre o pedido de alteração estratégica ao PRORURAL+ apresentado pela Região.

O secretário regional da Agricultura e Florestas salientou que o PRORURAL+ é um programa que tem “múltiplos impactos positivos nos Açores”, desde logo ao nível da modernização das infraestruturas e das explorações agrícolas, passando pela instalação de jovens agricultores e investimentos no desenvolvimento de zonas florestais, na transformação e no desenvolvimento rural, entre outros.

Numa altura em que os Estados-

Membros e o Parlamento Europeu vão discutir e negociar o orçamento da Política Agrícola Comum (PAC) para o período 2021 – 2027, o responsável voltou a chamar a atenção para o facto de a redução da dotação orçamental no Programa de Desenvolvimento Rural ter “um impacto negativo transversal em diversas vertentes, colocando em risco o crescimento da agricultura e o reforço do desenvolvimento económico e de coesão social”. Para João Ponte, é inexplicável a forma como as Regiões Ultraperiféricas são tratadas na atual proposta de orçamento da PAC, quando, por exemplo, a dotação do POSEI tem uma redução de 3,9% e o primeiro pilar para Portugal tem um acréscimo de 3,9% no orçamento, pondo em causa valores da matriz do projeto europeu, como são a coesão económica e territorial.

“Importa agora uma mobilização de todos, na Região e no país, na fase de negociação que agora se iniciará para termos uma proposta da PAC diferente para melhor, que seja capaz de dar resposta aos nossos desafios, garantindo um melhor futuro para a agricultura, para as florestas e para o desenvolvimento rural”, frisou.

Regras para utilizar os fundos europeus estão mais simples

Com o objetivo de simplificar as regras financeiras da União Europeia e de, ao mesmo tempo, centrá-las mais nos resultados, o Conselho da União Europeia adotou, a 16 de julho, o Regulamento Omnibus.

Segundo Hartwig Löwer, ministro federal das Finanças da Áustria, país que assume atualmente a presidência do Conselho da União Europeia, esta alteração ao Regulamento Financeiro, que define o quadro geral para a gestão do orçamento, traz vantagens para os pequenos beneficiários.

As alterações incluem o alargamento da utilização das “opções de custos simplificados” e estão centradas nos resultados em detrimento da monitorização dos custos efetiva-

mente envolvidos. Para evitar a multiplicação de controlos, a União Europeia poderá apoiar-se mais nas auditorias, avaliações e autorizações existentes de outros doadores como a ONU e o Banco Mundial ou os próprios Estados-Membros. A combinação de fontes de financiamento também deverá tornar-se mais fácil.

A entrada em vigor destas novas regras ocorrerá no terceiro dia seguinte ao da sua publicação no Jornal Oficial da União Europeia. Apesar de a aplicabilidade imediata da grande maioria das regras, as instituições da União Europeia beneficiarão, no que respeita às suas despesas administrativas, de um maior prazo de adaptação, até um de janeiro de 2019.

Desenvolvimento rural discutido na Letónia

A Rede Rural da Letónia, o Centro Rural Consultivo e Formativo da Letónia e os Grupos de Ação Local daquele país vão realizar um seminário internacional subordinado ao tema “Desenvolvimento Rural e DLBC (Desenvolvimento Local de Base Comunitária)” nos dias 12 e 13 de setembro, na cidade de Valmiera.

Limitado a 150 participantes, o seminário é dirigido aos representantes dos Grupos de Ação Local e atores locais, assim como Autoridades de Gestão e Redes Nacionais de todos os países beneficiários dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI).

A necessidade de incentivar stakeholders das zonas rurais a serem mais inovadores, não desperdiçarem oportunidades e assumirem uma postura mais estratégica, com vista ao desenvolvimento regional e rural é o ponto de partida para a reflexão.



• Decorre, de 26 a 28 de setembro, em Évora, a conferência Europeia LEADER Reloaded, organizada conjuntamente pela presidência

portuguesa no biénio de 2018/2019 da ELARD (Associação Europeia LEADER de Desenvolvimento Rural) e pela Federação Minha Terra.